

RESPOSTA AO RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, tais como CFTV, sensores de presença e centrais de alarme, em regime comodato, monitoramento eletrônico em prédios públicos, durante 24h por dia, incluindo equipe de plantão para atendimento 24h por dia em caso de sinistro.

RECORRENTE: BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA

RECORRIDA: PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA

1. DO RECURSO

O Recurso Administrativo é tempestivo e preenche os requisitos de admissibilidade, razão pela qual é conhecido para análise do mérito.

O inconformismo da Recorrente volta-se contra a decisão proferida em sessão pública que habilitou e declarou como vencedora do certame a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.

Em suas razões recursais, a empresa BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA fundamenta seu pleito de reforma da decisão administrativa nos seguintes pontos:

- 1) Divergência de catálogos: Argumenta a recorrente que a proposta declarada vencedora menciona modelo divergente do apresentado no catálogo;
- 2) Documentação técnica inidônea: Argumenta a recorrente que o parecer técnico da DTI teria sido elaborado com uso de IA aprovando equipamentos em desacordo com o edital e que teria sido assinado apenas 3 minutos após a disponibilização dos documentos na plataforma.
- 3) Proposta errada: Argumenta a recorrente que a empresa vencedora apresentou proposta com valor de R\$ 0,04 a mais e com quantidade incorreta de cabos de alarme, alocação de sensores em setores errados, omissão de baterias e fontes, itens sem homologação da ANATEL e equipamentos descontinuados.

4) Exequibilidade: Argumenta a recorrente que a vencedora não apresentou composições de custos, e ainda confessou que usaria "estrutura existente", violando a exigência de materiais novos.

2. DA CONTRARRAZÃO

Devidamente intimada, a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA. apresentou suas contrarrazões tempestivamente, refuta ponto a ponto o recurso. Defende que se trata de erro material a proposta com diferença de R\$ 0,04 e que as diligências e complementações documentais são plenamente legais, especialmente quando confirmam condições preexistentes. Quanto à inexecuibilidade, alega que foi demonstrada estrutura operacional própria, frota, equipe técnica e logística consolidada, sendo insuficientes alegações genéricas desacompanhadas de prova material. Sobre produtos descontinuados, a recorrente não comprovou a indisponibilidade dos equipamentos. A análise técnica em curto período não implica superficialidade, pois pode ser progressiva. Por fim, destaca a ausência de prejuízo concreto ao interesse público, requerendo o improvimento do recurso.

3. DA COMPETÊNCIA E DA ANÁLISE TÉCNICA

3.1. Análise dos Equipamentos

Inicialmente, é imperativo esclarecer que a análise dos catálogos e equipamentos apresentados é realizada exclusivamente pelo setor técnico de tecnologia do município. Esta segregação de funções é fundamental, uma vez que é o próprio corpo técnico que define, ainda na fase interna, quais exigências de expertise são indispensáveis para garantir a segurança e a execução do objeto.

A Pregoeira, enquanto autoridade administrativa, não detém conhecimento técnico especializado em tecnologia da informação. Por essa razão, a análise dos equipamentos e logística é delegada aos profissionais legalmente habilitados do município, cujos pareceres fundamentam as decisões desta autoridade para assegurar o interesse público e a integridade da prestação dos serviços.

Deste modo, a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), após a interposição do recurso, emitiu parecer técnico e conclusivo anexo a esta decisão.

3.2. Cronologia da Análise e uso da Inteligência Artificial

De acordo com o parecer, os catálogos dos datasheets começaram a ser analisados assim que foram sendo disponibilizados na plataforma. Ou seja, análise foi começada a partir das 09h49min, quando a empresa detentora do menor lance começou a anexar a documentação solicitada. A assinatura do parecer técnico do município ocorreu somente às 11h02min, após a longa conferência pregressa dos anexos técnicos.

Ao contrário do que supõe a alegação da recorrente, a Inteligência Artificial não foi utilizada como ferramenta de decisão final. O seu uso por este órgão é estritamente instrumental: serve apenas para a melhoria textual e para a extração ágil de dados dos PDFs (datasheets) para estruturação em tabelas comparativas. A decisão de aprovação ou reprovação é humana, técnica e fundamentada, não dependendo de algoritmos para interpretar barramentos de rede ou bitolas de cabos.

3.3. Aprovação do Projeto e da Avaliação Técnica da DTI

A recorrente aponta supostos descumprimentos por parte da empresa vencedora, destacando, entre outros pontos, que os gravadores (DVRs) de 4 e 8 canais ofertados possuem portas de comunicação 10/100 Mbps (Fast Ethernet), descumprindo a exigência de porta Gigabit (10/100/1000 Mbps). Além disso, a recorrente apontou que o cabo coaxial para CFTV apresentado possui condutor central em liga de cobre (alumínio cobreado), enquanto o exigido seria cobre.

Após análise técnica das alegações, a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) avaliou o projeto de segurança e os equipamentos ofertados como um todo. A análise técnica atestou que todos os equipamentos e todas as funcionalidades requeridas pelo edital seriam integralmente atendidas, mesmo que o barramento dos equipamentos seja limitado a 100 Mbps e que o cabo utilizado seja de liga de cobre.

A avaliação técnica concluiu que o objeto, nas circunstâncias operacionais apresentadas, possui plena capacidade de atendimento às demandas propostas. A infraestrutura ofertada garante que a comunicação do sistema funcionará perfeitamente. Isso engloba:

- O acesso estável aos equipamentos e a todas as funcionalidades solicitadas pela Administração;
- A gravação ininterrupta e adequada das imagens de segurança;
- O acesso remoto e o resgate dessas imagens com fluidez em caso de necessidade ou sinistro.

As especificações apresentadas possuem capacidade operacional suficiente para suportar o tráfego de dados e as demandas físicas da infraestrutura, não constituindo qualquer risco técnico ou operacional para a execução do contrato. Sendo assim, o projeto validado atenderia a 100% do objeto proposto pelo certame.

Desta forma, desaproveitar a proposta comprovadamente mais vantajosa para o Município com base nestes apontamentos pontuais configuraria um formalismo exagerado, desarrazoado e prejudicial ao interesse público. A eliminação da licitante por tais características contrariaria a finalidade da licitação, uma vez que a solução técnica ofertada é plenamente exequível, segura e capaz de suprir todas as necessidades da Administração.

Portanto, a solução atinge integralmente a finalidade e o escopo do objeto licitado, não havendo gargalos que inviabilizem a prestação do serviço de monitoramento, ademais, o circuito de CFTV não será objeto de monitoramento 24 horas por meio de televisores ou equipes de monitoramento, demandando alta banda.

3.4. Validação das Homologações Anatel

A alegação da recorrente de que as homologações dos equipamentos não foram atestadas ou seriam inexistentes não procede. A Divisão Técnica realizou a validação criteriosa de todos os registros de homologação da ANATEL referentes aos equipamentos ofertados pela licitante vencedora.

- Validação Sistêmica: As consultas foram realizadas diretamente no sistema oficial de Certificação de Produtos da ANATEL (disponível em:

<https://informacoes.anatel.gov.br/paineis/certificacao-de-produtos/consulta-de-produtos>), garantindo a autenticidade e a vigência das certificações;

- **Atestação Técnica:** É de pleno conhecimento desta equipe técnica que os equipamentos possuem as referidas homologações, atendendo integralmente aos requisitos de conformidade exigidos para a comercialização e uso no território nacional;
- **Relação de Homologações:** Os números de registro validados constam detalhados na planilha constata no parecer técnico.

3.5. Alegação de produto fora de linha

A alegação de que a proposta da licitante vencedora deveria ser desclassificada pelo fato de determinados equipamentos não estarem mais em linha de produção ativa pelo fabricante não possui fundamento técnico ou jurídico que sustente.

O status de produção de um item não se confunde com sua disponibilidade comercial. É de amplo conhecimento técnico que:

- A interrupção da fabricação de um modelo não implica sua retirada imediata do mercado, sendo comum a existência de estoques volumosos em distribuidores e revendedores autorizados, capazes de suprir integralmente a demanda contratual.
- O fator determinante para o julgamento é a plena conformidade do equipamento com as especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência (TR).
- O item ofertado atende a 100% das exigências do TR, garantindo a performance, as funcionalidades e a integração necessária ao sistema de segurança do Município.

Portanto, a mera condição de "descontinuado" no catálogo do fabricante não constitui motivo plausível para a desclassificação da proposta declarada vencedora, uma vez que o objeto possui plena capacidade de atendimento ao interesse público e às metas do projeto. Admitir o contrário configuraria um formalismo excessivo e prejudicial à busca pela proposta mais vantajosa para a Administração.

3.6. Infraestrutura

Reafirma-se que a execução do objeto licitado prevê a implementação de uma solução tecnológica nova e completa. Fica estabelecido que nenhuma infraestrutura atual

instalada em quaisquer unidades do município — abrangendo materiais, cabeios e equipamentos — será reaproveitada.

É fundamental destacar que a licitante declarada vencedora manifestou plena ciência de tal condição, tendo estruturado sua proposta técnica e comercial em conformidade com a exigência de renovação total do parque tecnológico. Dessa forma, a alegação de que haveria aproveitamento de componentes remanescentes é improcedente, uma vez que a fiscalização contratual pela DTI exigirá a comprovação da instalação de itens novos e de primeiro uso, garantindo a integridade e a performance de todo o sistema de monitoramento.

3.7. Readequação e Atendimento ao Termo De Referência

A recorrida, em suas contrarrazões, reconheceu que informações divergentes foram inseridas por erro material em sua proposta final redigida. Situação que é plenamente sanada por meio da apresentação de uma proposta readequada devidamente vinculada ao objeto.

Desta forma, a licitante declarada vencedora procedeu com a adequação formal da sua relação de equipamentos, sem alterar nenhum valor unitário e nem global. A empresa realizou a correção necessária no documento proposta comercial final, mencionando os equipamentos que já haviam sido previamente apresentados nos catálogos que compõem o processo, garantindo, assim, o pleno e estrito atendimento a todas as exigências delineadas no Termo de Referência.

Com a correção na proposta final, a empresa mencionou corretamente a quantidade de equipamentos, cabos de alarme, alocação de sensores, baterias, fontes e demais itens necessários à execução do objeto. Vale lembrar que a correção se deu na proposta final readequada, uma vez que, durante a sessão na plataforma, a empresa já havia inserido os catálogos correspondentes.

De fato, a empresa apresentou a proposta readequada final com diferença de R\$ 0,04 (quatro centavos) a mais em relação ao lance vencedor. Fica evidente que se tratou de mero arredondamento decorrente da divisão do valor anual em 12 parcelas mensais ($R\$ 500.000,00 \div 12 = R\$ 41.666,67$), de modo que a multiplicação do valor mensal por 12

resultou em R\$ 500.000,04. Trata-se, portanto, de erro material escancarado, absolutamente insignificante do ponto de vista econômico e plenamente sanável, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021. Vale destacar que o Município não pagará os R\$ 0,04 a maior, uma vez que o empenho será efetuado com base no valor original do lance final (R\$ 500.000,00), e não no valor da proposta readequada. Logo, não há qualquer prejuízo ao erário nem violação às regras do certame.

Portanto, em consonância com o parecer técnico emitido pela Divisão de Tecnologia da Informação (DTI), a análise deve ser realizada sob a ótica da globalidade e materialidade. A avaliação deve abandonar o exame de itens isolados e de baixa materialidade técnica — como a velocidade do barramento de rede ou a composição do condutor do cabo — que, considerados individualmente, podem sugerir desconformidades, mas que, no contexto global do projeto, são absolutamente irrelevantes para a capacidade de execução do objeto. A análise deve concentrar-se na forma como o conjunto de equipamentos e recursos ofertados impacta a efetiva prestação do serviço, que é o que efetivamente interessa à Administração Pública. Conforme atestado pela DTI, a solução técnica apresentada atende integralmente a todas as funcionalidades exigidas — gravação ininterrupta, acesso remoto, fluidez no resgate de imagens e estabilidade operacional. Desclassificar a proposta comprovadamente mais vantajosa com base em especificações pontuais que em nada comprometem a execução do objeto configuraria formalismo exagerado, desarrazoado e prejudicial ao interesse público.

4. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

4.1. Condução da Sessão

Primeiramente, necessário esclarecer que a condução do certame não se limita à sessão pública. É legítimo e imprescindível analisar a fase de planejamento da contratação para conduzir o pregão de maneira eficiente. Nesse contexto, não é necessário grande aprofundamento para verificar que, após registrado o último lance na plataforma, não houve pedido formal de comprovação de exequibilidade da proposta por parte da Pregoeira.

A conduta da pregoeira é devidamente justificada à luz dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, formalismo moderado, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa. Embora o edital previsse a necessidade de comprovação de exequibilidade em propostas com desconto superior a 50%, o caso concreto revela que a ultrapassagem desse patamar foi mínima, de apenas 0,66 ponto percentual, o que autoriza interpretação material e não meramente aritmética da regra. Nessa perspectiva, não se mostra juridicamente adequado impor desclassificação automática ou exigir, de plano, comprovação formal de exequibilidade quando não há elementos concretos de inviabilidade da proposta.

Em detida análise da fase de planejamento da contratação, no que tange à formulação do preço estimado de R\$ 1.013.294,52 observa-se que esse valor foi obtido com base na metodologia prevista no relatório de pesquisa de preços, a partir da escolha do menor valor entre a média e a mediana dos valores apurados nos parâmetros dos incisos I e IV. Isso demonstra que a própria Administração já adotou critério conservador na formação do orçamento estimado.

Entretanto, outra análise pode ser feita quando se verifica ainda que, no universo dos valores pesquisados, utilizando apenas os menores valores unitários de cada item, encontra-se o valor global de R\$ 914.277,24, o que evidencia que o mercado consultado já admitia valores significativamente inferiores ao orçamento estimado (média ou mediana).

Esse dado é especialmente relevante porque enfraquece a hipótese de inexecuibilidade automática do último lance de R\$ 500.000,00. A exequibilidade não pode ser aferida apenas pelo desconto em relação ao estimado, mas deve considerar o comportamento efetivo do mercado, a dispersão dos preços pesquisados e a existência de propostas compatíveis com faixas inferiores ao valor de referência. Se a própria pesquisa de preços revelou amplitude considerável entre os valores cotados, não se pode concluir, sem base objetiva adicional, que o lance final seja artificial, temerário ou incapaz de suportar a execução contratual.

Outro ponto que reforça a legitimidade da decisão de não pedir comprovação de exequibilidade é a proximidade entre os três primeiros lances classificados, que ficaram em 1ª: R\$ 500.000,00, 2ª: R\$ 504.999,00 e 3ª: R\$ 505.000,00. Essa convergência

demonstra disputa real entre as licitantes e revela que o valor ofertado não surgiu como resultado isolado ou aberrante, mas dentro de uma faixa concorrencial plausível. A semelhança entre os valores afasta a ideia de preço simbólico ou incompatível com a realidade do certame, reforçando a presunção de viabilidade da proposta vencedora.

Também merece destaque o fato de que o objeto será executado ao longo de 12 meses, o que permite a diluição dos custos fixos e operacionais no período contratual. Nessa hipótese, o valor global de R\$ 500.000,00 corresponde a uma média mensal aproximada de R\$ 41.666,67, o que reforça a possibilidade de execução economicamente viável, especialmente quando considerado o conjunto da proposta e a dinâmica do contrato. A análise da exequibilidade, portanto, deve considerar não apenas o montante global, mas também a estrutura temporal da execução e a capacidade de absorção dos custos ao longo da vigência contratual.

Dessa forma, a ausência de pedido de comprovação de exequibilidade se sustenta porque não houve indícios materiais robustos de inexecuibilidade. O percentual que excedeu o limite do edital foi marginal; o orçamento estimado foi construído com critério média ou mediana (a depender do item); a pesquisa de preços revelou um menor valor global inferior ao estimado, quando utilizados apenas os menores valores de cada item; as três primeiras colocadas apresentaram lances muito próximos entre si; e o objeto admite diluição dos custos em 12 meses. Em conjunto, esses elementos justificam a conclusão de que a proposta não deveria ser presumida inexecuível apenas pelo desconto alcançado, sendo legítima a atuação da pregoeira ao prestigiar a competitividade e a proposta mais vantajosa.

4.2. Apresentação de Relatório de Exequibilidade

Apesar de não ter sido solicitada a comprovação de exequibilidade, a empresa declarada vencedora anexou na plataforma, ainda durante a sessão, “RELATÓRIO TÉCNICO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS E COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE”.

Neste relatório (analisado ainda durante a sessão), a empresa informa que é atual prestadora dos serviços objeto da presente contratação — circunstância que comprova a viabilidade prática da execução contratual, o pleno conhecimento das rotinas operacionais, demandas e particularidades do objeto, a disponibilidade de frota de

veículos adequada à execução dos serviços, conforme exigência editalícia, equipe técnica qualificada, treinada e já em atuação, e infraestrutura logística e administrativa consolidada.

Ainda, a empresa declarou que a proposta foi elaborada com base em critérios técnicos, observando os custos diretos (os equipamentos novos, insumos, mão de obra), os custos indiretos (logística, deslocamento, administração e suporte), aproveitamento da estrutura já existente (quando for o caso) e eficiência operacional decorrente da continuidade contratual.

Além disso, no relatório a empresa declarou, sob as penas da lei, que possui plena capacidade para fornecer equipamentos novos, em total conformidade com as especificações do edital, garantindo o atendimento integral às exigências técnicas.

Em resumo, embora a comprovação de exequibilidade não tenha sido exigida, a empresa vencedora apresentou documento que reforça a viabilidade de sua proposta, pois não parte do zero: já dispõe de estrutura física e operacional implantada no local da prestação, equipe técnica disponível e plenamente capacitada, além de capacidade logística, técnica e financeira demonstrada. Dessa forma, a existência de base operacional previamente estabelecida e a consequente redução de custos decorrente da ausência de necessidade de nova infraestrutura no município evidenciam a exequibilidade da proposta.

De fato, durante a sessão, não houve apresentação de planilha de composição de custos. É indispensável entender que a exequibilidade pode ser demonstrada não apenas com planilha de composição de custos. No caso, a própria vencedora buscou reforçar a viabilidade da proposta com elementos concretos de sua estrutura operacional, como equipe técnica, frota, logística instalada, atuação prévia no município e ganho de eficiência decorrente da experiência acumulada.

Assim, a exequibilidade deve ser verificada pelo conjunto probatório, e não apenas por uma planilha isolada. A planilha de custos é um documento relevante, mas não esgota a análise, porque a viabilidade econômica pode decorrer também de fatores como escala, estrutura já montada, otimização operacional, expertise e capacidade logística própria.

A análise não deve ser uma mera comparação entre a planilha da licitante e o orçamento de referência da Administração. O objetivo é aferir se a metodologia de execução proposta pela licitante, com os recursos por ela dimensionados, é tecnicamente capaz de entregar o objeto contratual com a qualidade e no prazo exigidos.

Ressalte-se, com especial ênfase, que o próprio edital, em seu item 11.7.1, não apenas admite, mas expressamente reconhece que a exequibilidade pode ser comprovada quando o licitante demonstra a existência de custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta. Assim, a existência de infraestrutura operacional prévia não configura vantagem competitiva ilícita, mas consequência natural da livre concorrência e da eficiência empresarial.

Equivocadamente, sustenta-se que a aceitação de uma proposta que se beneficie do aproveitamento de estrutura já existente configuraria violação ao princípio da isonomia. Não assiste razão esse entendimento. O princípio da isonomia em licitações assegura a igualdade de oportunidades a todos os concorrentes para que apresentem suas propostas, e não a obrigação de que todos formulem propostas idênticas ou aderentes à estimativa da Administração. Pelo contrário, a competitividade, um dos pilares do certame (art. 11, II, da Lei nº 14.133/2021), é fomentada justamente pela possibilidade de as empresas apresentarem soluções mais eficientes e econômicas. Impedir uma licitante de ter sua proposta de maior eficiência analisada, sob um falso pretexto de isonomia, é, na verdade, uma conduta anti-isonômica e contrária ao interesse público de obter a proposta mais vantajosa.

4.3. Planilha de Custos

Em suas contrarrazões, a Recorrida apresentou voluntariamente a planilha de composição de custos — sem que houvesse qualquer solicitação neste sentido por parte da Administração. Assim, a apresentação detalhada dos custos trouxe maior robustez e consolidação à tese de que a proposta declarada vencedora é plenamente exequível.

No documento em questão, a Recorrida demonstrou de forma analítica e detalhada todos os componentes de sua estrutura de custos, incluindo salários, encargos sociais,

despesas operacionais, EPIs, uniformes, alimentação, transporte, combustíveis, depreciação de veículos e equipamentos, custo financeiro do investimento, manutenção, impostos e BDI — além de demais despesas inerentes à prestação do serviço.

Tal demonstração não configura, em absoluto, apresentação de documento novo ou criação de condição inexistente à época da proposta. Ao contrário, a planilha de custos tão somente explicita, de forma transparente e pormenorizada, a realidade econômico-financeira preexistente da empresa, que sempre esteve subjacente à proposta apresentada.

A aceitação do documento em fase recursal, não só prioriza a proposta mais vantajosa para a Administração como também está alinhada com o ordenamento jurídico atual, a exemplo cita-se o Acórdão nº 2.049/2023, na qual o Plenário reconheceu expressamente a possibilidade de apresentação de documento destinado à correção de erro material constante da proposta inicial, inclusive em sede recursal, sem afronta aos princípios da isonomia ou da vinculação ao edital.

Conforme entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, é irregular a desclassificação de proposta vantajosa em razão de falhas sanáveis, devendo a Administração promover diligência para esclarecimento ou complementação de informações.

Necessário esclarecer que a diligência no processo de licitação pode ser realizada em qualquer etapa, desde a fase de habilitação até a adjudicação ou homologação, com o objetivo principal de esclarecer dúvidas, complementar documentos ou informações apresentadas pelos licitantes, sem alterar substancialmente as propostas ou requisitos do edital. Essa ferramenta promove a ampla participação e a isonomia, permitindo que irregularidades sanáveis sejam corrigidas, desde que não configurem alteração de condições essenciais da proposta.

A interpretação do TCU, conforme o Acórdão nº 1211/2021 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), é que, caso o licitante não tenha entregue um dado documento de habilitação ou de proposta no momento adequado, poderá fazê-lo posteriormente, devendo ser requerido e aceito pela Administração, desde que referido documento retrate condição material preexistente à abertura da sessão

pública do certame. O mesmo raciocínio se aplica caso o licitante tenha apresentado documento equivocado e pretenda substituí-lo por outro adequado às exigências do edital.

Citamos outros acórdãos que tratam da matéria:

- Acórdão 2.443/2021, o TCU reconheceu a ilegalidade da inabilitação de licitante que apresentou uma Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida 84 dias após a abertura da licitação. A CAT se referiria a uma condição preexistente.
- Acórdão 2.528/2021, o TCU entendeu ilegal a inabilitação de licitante que deixara de apresentar declaração de inexistência de nepotismo. Nesse caso, o TCU reputou cabível a apresentação do documento após o início do certame.
- Acórdão 988/2022, o TCU afastou a inabilitação de empresa que não apresentara o atestado de visita técnica nem a declaração de concordância com as disposições do instrumento convocatório. Nesse caso, o Relator esclareceu que, "Conquanto seja fundamental no Direito Administrativo, o princípio da legalidade não é absoluto. No caso concreto, parece-me claro que sua aplicação irrestrita operou contra a obtenção da melhor proposta e do alcance do interesse público, sendo apropriado ponderar a aplicação da salutar flexibilização do formalismo."
- Acórdão 117/2024, o TCU qualificou como indevida a inabilitação de empresa decorrente de apresentação de documentação vencida (certidão negativa com prazo exaurido).
- Acórdão 60/2025, o TCU admitiu a juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre as licitantes, contrariando o art. 64 da Lei 14.133/2021 e a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdão 966/2022-TCU-Plenário.
- Acórdão nº 1.204/2024, o Plenário assentou que: é irregular a desclassificação de proposta por erros formais ou por vícios sanáveis mediante diligência, em face dos princípios do formalismo moderado e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- Acórdão 641/2025 Plenário (Representação, Relator Ministro Antonio Anastasia) Licitação. Proposta. Desclassificação. Vício sanável. Diligência. É irregular a desclassificação de proposta de licitante em razão de vícios sanáveis mediante diligência, por afronta ao art. 64, inciso I e § 1º, da Lei 14.133/2021 e aos arts. 39, § 7º,

e 41 da IN Seges – ME 73/2022, bem como aos princípios da isonomia, da competitividade e da economicidade.

Diante do exposto, conclui-se que a proposta da empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA, no valor de R\$ 500.000,00, é plenamente exequível. A presunção relativa de inexecutabilidade foi afastada pelos elementos dos autos: a planilha analítica de custos apresentada voluntariamente demonstra a composição detalhada do preço que assegura viabilidade econômica; o modelo de comodato e a estrutura operacional já existente justificam o preço competitivo; a proximidade entre as três melhores propostas indica formação real de preço de mercado; a recorrente não trouxe prova material da alegada inexecutabilidade, limitando-se a alegações genéricas.

5. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Pregoeira, amparado pelo PARECER DA ÁREA TÉCNICA, seguindo os PRINCÍPIOS DA ISONOMIA, DO FORMALISMO MODERADO E DA BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA para o município, após recebimento do recurso apresentado pela empresa BLOCK ALERT SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA, **NÃO RECONSIDERO** a decisão que declarou vencedora a empresa PORTAL SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA.

Encaminho os autos do presente processo licitatório para análise e emissão de parecer jurídico, nos termos do parágrafo único do art. 168 da Lei nº 14.133/2021; e submissão à decisão da autoridade competente, para DECISÃO, conforme previsto no §2º do art. 165 da mesma norma legal, tendo em vista que o recurso não foi acolhido.

João Monlevade, 15 de maio de 2026

Carmem Augusta Braga Maciel

Pregoeira